

Médicos são contra proibir venda

CFM defende controle da venda de inibidores de apetite e promete ir à Justiça pelo direito de prescrever medicamentos

Para reduzir o número de prescrições de inibidores de apetite no Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM) defende a realização de campanhas educativas focadas em médicos e pacientes.

Segundo a entidade, esta seria uma forma de assegurar o uso racional desses medicamentos sem proibir sua comercialização no país.

O CFM afirma que continuará a buscar o diálogo sobre o tema. Contudo, faz um alerta: se não existir consenso com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e houver decisão unilateral no sentido de proibir o comércio dos inibidores, o caminho será recorrer à Justiça.

A decisão será tomada para garantir o direito de pacientes e de profissionais ao uso desses medicamentos. A An-

visa tem informado que não há prazo definido para decisão a respeito da proibição do uso da sibutramina e de outros três emagrecedores (anfepirama, femproporex e mazindol). O assunto tem alimentado grande polêmica.

De acordo com o conselheiro Desiré Carlos Callegari (1º secretário do CFM), que representou o conselho em debate na sede da Anvisa em 14 de junho, a restrição completa da venda dos anorexígenos, postura defendida por representantes do governo, pode agravar problemas de saúde, além de ser uma interferência na autonomia da relação entre médico e paciente. Callegari afirmou que o CFM, de antemão, se dispõe a ser parceiro da Anvisa no desenvolvimento de campanhas de esclarecimento.

Em sua avaliação, cabe à Agência atuar de

forma preventiva para evitar excessos no uso das substâncias. "A Anvisa tem mecanismos para monitorar o excesso de prescrições do medicamento e pode ter os conselhos regionais de medicina como aliados", ressaltou.



Callegari: a Anvisa tem condições de monitorar excessos de prescrições